



TEMPO DE CRESCER

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

PRIMEIRO SUBSCRITOR:
NUNO MELO

I. HISTÓRIA LEGADO E PRESENTE

O CDS-PP é um partido fundador do Regime e esta não é uma circunstância menor. Fundado em 1974, o partido deve a existência à visão e à coragem de pessoas que, quando era difícil, sob ameaça, cercados em reuniões, comícios e congressos por forças extremistas, com risco de vida, persistiram e lutaram, nunca cedendo, nunca transigindo, para a afirmação de valores e ideais e da consagração da Liberdade e da Democracia em Portugal.

50 anos depois, devemos prestar homenagem aos fundadores, personalidades inspiradoras que no dia 19 de julho de 1974 estabeleceram as bases sólidas da democracia-cristã em Portugal e de um projeto político incontornável e insubstituível, que se mantém na essência e nos propósitos.

Nas autarquias e nas regiões autónomas, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e em muitos governos, o CDS-PP foi um protagonista maior de uma impressionante história que nos honra e de um legado que nos responsabiliza. O partido foi decisivo, através das suas políticas e dos seus governantes, para tornar o país mais próspero e mais humanista, mais coeso e mais solidário.

Foi assim no passado e é assim no presente.

Actualmente, o CDS-PP governa 6 câmaras municipais conquistadas em listas próprias e perto de 40, incluindo Lisboa, em coligação com o PSD, além do Porto, em listas da candidatura independente encabeçada por Rui Moreira.

O PSD e o CDS-PP governam em conjunto os Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

E o CDS-PP voltou a ser determinante, em conjunto com o PSD, através da Aliança Democrática, para a derrota do PS e das esquerdas nas eleições legislativas realizadas em 10 de março de 2024, repetindo o sucesso de uma fórmula que nunca foi derrotada em eleições legislativas. Antes desta importante vitória, o PSD e o CDS já tinham participado em conjunto em 7 Governos nacionais, desde a Aliança Democrática da década de 80, passando pelas coligações governamentais do centro-direita de 2002-2005 e 2011-2015. Este facto, só por si, demonstra que o CDS-PP é não só um dos partidos fundadores do nosso regime democrático, mas sobretudo um dos partidos mais importantes da nossa democracia, que já deu muito ao país, com uma enorme experiência governativa e que está hoje uma vez mais preparado para servir os portugueses no Governo e no Parlamento.

As pessoas, sobretudo os eleitores de direita, sabem que podem contar com o CDS-PP nos bons e nos maus momentos do país, ponderado que o partido já deu provas suficientes de capacidade e de ter protagonistas e políticas credíveis para defender o interesse nacional.

Houve quem - sobretudo no extremo, à esquerda - desse a nossa ausência por garantida. Foi uma avaliação precipitada. Haverá hoje - sobretudo no outro extremo, à direita -, quem pense e diga: são apenas dois deputados. Será um novo engano: se fizermos bem o nosso dever, no futuro, seremos mais. É a vida, é a democracia e é necessário.

II.

TEMPO DE RESISTIR. TEMPO DE CONSTRUIR

No XXIX Congresso do CDS-PP realizado em 2 e 3 de abril de 2022, iniciámos um ciclo de resistência e combate, com os olhos postos no futuro. Se as circunstâncias eram difíceis, nunca as aceitámos como definitivas, porque as conjunturas que não são de feição combatem-se e os desafios enfrentam-se. Onde outros só viam dificuldades e por causa delas traçavam cenários de definhamento, alguns mesmo de desaparecimento, teimámos em procurar oportunidades, acreditando nas possibilidades de crescimento.

Recusámos que o partido fosse medido por um curto período de ausência na Assembleia da República, por sabermos que o que somos só pode ser avaliado por 50 anos de pertença e serviço, de valores, quadros, militantes e dirigentes abnegados, eleitos locais e regionais competentes, deputados e muitos grupos parlamentares notáveis, eurodeputados e governantes respeitados.

Durante os últimos 2 anos :

- Construámos pontes com espírito de reconciliação, unindo o partido;
 - Concretizámos uma reestruturação administrativa e financeira, imposta pelas fortes condicionantes e restrições resultantes da redução da subvenção pública determinada pela perda do grupo parlamentar em janeiro de 2022. A este propósito, sublinhe-se, a actual direcção reduziu em cerca de 900 mil euros, ou seja, em mais de metade, a dívida do partido, liquidando todo o passivo bancário recebido, o que permitiu diligenciar o cancelamento das hipotecas bancárias pendentes sobre os imóveis próprios;
-

- Alterámos os Estatutos em Congresso específico, consagrando um Gabinete Estratégico e Programático que alia quadros do CDS-PP a independentes em todas as áreas sectoriais e que se revelou uma escola de pensamento decisiva para a identificação de problemas e apresentação de soluções;
- Revimos a Declaração de Princípios adaptando-a aos novos desafios do Século XXI;
- Devolvemos o CDS-PP à Assembleia da República, através da constituição de um novo Grupo Parlamentar; e
- O CDS-PP está hoje novamente no Governo de Portugal, com ministros e secretários de Estado que honram a longa tradição de governação do partido.

O Presidente do CDS-PP é o actual Ministro da Defesa de Portugal, dando sequência a uma longa lista de notáveis governantes do partido no cargo: Adelino Amaro da Costa, Luís Azevedo Coutinho, Freitas do Amaral e Paulo Portas, nos VI, VII, VIII e XVI Governos Constitucionais, respectivamente.

Acresce que o CDS tem hoje os secretários de Estado, Álvaro Castello-Branco e Telmo Correia, em pastas tão relevantes e prioritárias para o partido como são as da Defesa Nacional e da Administração Interna.

Por seu lado, na Assembleia da República, Paulo Nuncio e João Almeida assumiram funções como Deputados, em representação do partido e dos portugueses.

Uma nota não irrelevante: no Largo do Caldas esteve sempre a Sede Nacional do CDS-PP. No PREC, a extrema-esquerda tentou o cerco e o assalto à nossa Sede, destruindo bens e documentação. Há 2 anos, outros extremistas, que davam por certo o "desaparecimento" do CDS-PP, anunciaram, com pompa e circunstância, que seriam os novos inquilino do Caldas. Não são. Cá estamos. A nossa resistência pode mais do que quaisquer violências e do que qualquer jactância.

2 anos depois do último Congresso do CDS-PP, podemos assim confirmar que, graças ao empenho de tantos que nunca desistiram, independentes, militantes de base, dirigentes locais e nacionais, passo a passo, todos os objectivos foram cumpridos, sem excepção. O CDS-PP está de parabéns.

III.

TEMPO DE CONSOLIDAR E CRESCER

Depois de um tempo de resistência e de construção, chegou então o momento de relançarmos um projecto realista, mas confiante, de consolidação e crescimento do CDS-PP no futuro.

O CDS-PP continuará a construir alicerces sólidos, capazes de reforçar a credibilidade do partido junto dos portugueses, enquanto expressão de uma direita com forte matriz democrata-cristã, humanista e personalista, que é liberal na criação de riqueza e no mercado, mas social na sua distribuição.

Abraçando novas causas incontornáveis no século XXI e modernizando a comunicação e a linguagem, chamaremos cada vez mais jovens. Sendo sólidos nas convicções e competentes nas soluções, somando quadros qualificados, valores e sentido de serviço, experiência política e governativa, credibilidade e previsibilidade, voltaremos a ser uma aposta para todas as gerações.

O CDS-PP inicia a uma nova etapa, para ser maior no futuro.

O CDS-PP estará ao lado das reformas estruturais necessárias para colocar Portugal num ciclo de crescimento económico sustentável e no pelotão da frente da União Europeia, reforçando um Estado social que responda eficazmente às necessidades dos mais desfavorecidos.

O CDS-PP será nítido no esforço por um país mais próspero e mais humanista, que privilegia a liberdade, o valor do mérito e do trabalho, o respeito pelo direito de propriedade, com menos Estado e menos impostos, as famílias com mais liberdade de escolha, sem esquecer as mais vulneráveis, e as empresas com mais competitividade fiscal e menos custos burocráticos.

O CDS-PP assumirá uma forte consciência social, para combater a pobreza, reativar a mobilidade social, valorizar a família como célula fundamental da

sociedade, apostando em políticas de natalidade e confiando nas instituições sociais do sector social.

O CDS-PP defenderá a devolução de rendimentos às famílias e às empresas, reduzindo progressivamente os impostos, estimulando a economia, potenciando melhores salários.

O CDS-PP lutará para salvar o Estado Social que definha, depois de um longo ciclo de insucessos governativos do PS e das esquerdas.

O CDS-PP ajudará a devolver humanismo e eficácia ao Serviço Nacional de Saúde.

O CDS-PP defenderá mais exigência nas Escolas e na avaliação, autoridade aos professores, ferramentas de sucesso para os alunos.

O CDS-PP terá respostas capazes nas políticas de Habitação, dando prioridade ao aumento da oferta, sem a qual a pressão inflacionária será mais difícil de contrariar;

O CDS-PP defenderá a reforma da Justiça e o reforço do combate à corrupção;

O CDS-PP valorizará o investimento na Agricultura e no mundo rural;

O CDS-PP lutará pela coesão social e territorial, num país que é urbano e é rural, conciliando com igual relevo o litoral, o interior e as regiões autónomas.

O CDS-PP voltará a defender o respeito pela autoridade do Estado, a dignidade das forças armadas e das forças de segurança.

Para tanto, o CDS-PP tem propostas concretas, condensadas ao longo de perto de 2 anos de trabalho pelo Conselho Estratégico e Programático, em conjunto com a Direcção Nacional.

Pela sua importância, optou-se pela inclusão de parte destas propostas no capítulo subsequente da presente Moção de Estratégia Global, que contará também por isso com grande parte dos respectivos membros, a final, como subscritores.

IV. AS SOLUÇÕES

O CDS-PP, através da sua Direção Nacional e do Conselho Estratégico e Programático, teve uma participação activa na elaboração do Programa Eleitoral da Aliança Democrática que foi votado maioritariamente pelos portugueses. Neste programa, que servirá de base ao programa de Governo do PSD/CDS-PP, estão incluídas diversas soluções propostas e consensualizadas pelo nosso Partido, no âmbito da coligação, e que correspondem à nossa visão sobre o futuro de Portugal.

A. MAIS CRESCIMENTO, MELHORES SALÁRIOS

Portugal necessita de soluções que permitam melhorar o nível de vida dos portugueses e as soluções que o CDS-PP propõe visam garantir um maior crescimento económico que assegure o aumento dos salários, mínimo e sobretudo o médio, e do rendimento disponível dos portugueses, permitindo uma melhoria sustentada das suas condições de vida e invertendo a emigração massiva de jovens qualificados para o estrangeiro.

A aceleração do crescimento da economia portuguesa assenta na realização de reformas económicas estruturais para alcançar uma convergência do nível de produtividade com os países mais desenvolvidos da União Europeia. Um crescimento económico mais rápido e uma transformação da estrutura produtiva que garanta a sua sustentabilidade requer a realização de reformas em áreas que os governos socialistas negligenciaram. É fundamental reduzir impostos sobre o trabalho e o investimento, reformar os apoios sociais, apostar na iniciativa privada e na produtividade, melhorar o Estado e combater a corrupção e preparar uma economia de futuro, ao nível da qualificação e da educação, da ciência e da inovação tecnológica, da sustentabilidade, do financiamento, e da justiça e do ambiente de negócios.

As reformas propostas pelo CDS-PP incluem ainda a valorização de sectores fundamentais para a economia, da Agricultura ao Turismo e da indústria aos serviços. Estas reformas visam acelerar o crescimento da economia para aumentar o rendimento e os salários das famílias. A aceleração do crescimento económico requer uma maior internacionalização da economia portuguesa e a orientação das exportações para países com elevado crescimento, diversificando os mercados e os produtos e serviços transaccionados.

A promoção do potencial de crescimento económico passa pela entrada de investimento do exterior e o autofinanciamento, que é ainda muito limitado pela elevada carga fiscal. A economia portuguesa necessita de captar mais investimento no exterior, que vá para além dos fundos europeus, e de incentivar a poupança das famílias para que a própria economia possa gerar maiores possibilidades de financiamento internamente. A atração de investimento estrangeiro produtivo requer empresários nacionais motivados para investir, uma vez que são o melhor cartão de apresentação que a economia portuguesa tem para apresentar. Para atrair novos investimentos do exterior e domésticos é necessário eliminar a atitude anti-empresas e anti-capital, reduzir a ineficiência do Estado e os custos dos factores de produção, agilizando processos e promovendo um ambiente de negócio favorável.

A desburocratização da intervenção da administração pública na economia, pensando na sua digitalização como uma forte redução de processos na relação entre o "cidadão-cliente" e a "empresa-cliente", com os departamentos do Estado. Mais digitalização só pode ditar menos tempo e menos etapas gastas na burocracia.

Uma palavra sobre o tema da imigração: uma economia dinâmica precisa de um mercado de trabalho que responda às necessidades da oferta e procura. O envelhecimento da população começa nesta matéria a colocar problemas de escassez nos recursos humanos. A imigração não é a única solução mas é parte da solução. O CDS-PP sempre defendeu uma política de imigração rigorosa na entrada e humanista na inclusão.

Os últimos anos dos governos socialistas foram bastante irresponsáveis nesta matéria ao facilitar a ilusão da imigração sem oferta de trabalho, fechando os olhos aos evidentes sinais de actuação de redes de tráfico de pessoas e por fim, arriscando a solidez e eficácia das políticas de controlo com a extinção do SEF.

Reafirmamos: Portugal deve também escolher e não apenas ser escolhido. A imigração necessária deve ter uma relação com as prioridades do mercado de trabalho e os dispositivos de combate ao tráfico têm de ser reforçados; o equilíbrio

geográfico, a dignidade no acolhimento e a aproximação à cultura portuguesa e ao seu universalismo são orientações de justiça e humanidade.

O CDS-PP contribuirá para uma imigração regulada e não descontrolada e contrariará todas as formas de extremismo e xenofobia que visem o aproveitamento da questão migratória para finalidades de oportunismo político.

B. REFORMA FISCAL PARA ALIVIAR OS IMPOSTOS SOBRE AS FAMÍLIAS E AS EMPRESAS

Uma das reformas estruturais mais importantes e mais caras ao CDS-PP é a reforma fiscal, com a redução dos impostos sobre o rendimento das famílias e sobre as empresas, mudando a política socialista de aumento recorde da carga fiscal nos últimos 8 anos.

Neste âmbito e tendo em atenção o programa eleitoral da AD e a situação das Finanças Públicas - para nós, orçamentos equilibrados devem ser a regra, excepto em circunstâncias não previstas, ou de especial gravidade -, o CDS-PP pugna pela redução do IRS para as famílias portuguesas, em especial para as famílias da classe média e para os jovens, a atualização obrigatória dos escalões e das tabelas de retenção de IRS, levando sempre em conta o nível da inflação e o crescimento da produtividade, e uma menor tributação sobre a poupança das famílias.

Estas medidas permitem aliviar os portugueses do aumento elevado da tributação direta e indireta que os governos socialistas impuseram e que transformaram salários médios numa remuneração com valores próximos do salário mínimo, prejudicando a qualidade de vida da população.

Ao nível das empresas, a redução da carga fiscal recupera a reforma do IRC concretizada pelo Governo PSD/CDS-PP em 2014, na qual o CDS-PP teve um papel preponderante.

Para aumentar a competitividade e a capitalização das empresas, defendemos uma redução gradual de 2 pontos percentuais por ano até ser alcançada uma taxa de IRC de 15% no final da legislatura, de forma a reforçar o

investimento, as exportações, mas também a criação de emprego e o pagamento de melhores salários. Esta reforma do IRC é fundamental para promover um maior crescimento económico e colocar Portugal no pelotão da frente da União Europeia.

C. SALVAR O ESTADO SOCIAL

O CDS-PP, enquanto partido que representa o centro-direita e a direita com consciência social, apresenta também soluções para salvar o Estado social, fortalecendo-o de forma a poder disponibilizar serviços de qualidade à população portuguesa.

Salvar o Estado social é uma prioridade imediata: aumentar e melhorar os serviços de saúde, educação e de apoio social, reforçar o investimento e anular as políticas ideológicas que degradaram estes serviços, que desorganizarem o Estado no apoio às famílias, principalmente as mais desfavorecidas, criando burocracia e dificultando o seu acesso a uma vida mais digna.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é um sistema de acesso universal, financiado por impostos aplicáveis a todos os portugueses, mas apresenta graves deficiências, nomeadamente a nível estrutural e organizacional, agravados pelo baixo investimento em profissionais e em equipamentos.

Estas deficiências no SNS requerem que o seu papel enquanto pilar fundamental do sistema de saúde em Portugal seja alargado e reforçado por sistemas complementares e alternativos, o sector Social e o sector Privado, como sempre tem defendido o CDS-PP ao longo da sua história.

A necessidade de resolver de uma forma urgente os graves problemas que afectam o SNS requer a definição e implementação de um Plano de Emergência que lide com a falta de profissionais, com o encerramento de urgências, e com as limitações no acesso a consultas e cirurgias.

Para além deste plano de urgência, o CDS-PP defende uma maior articulação com as Misericórdias, IPSS e entidades privadas em ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças.

Outras soluções incluem também medidas há muito preconizadas pelo CDS-PP, como seja o fortalecimento da rede de cuidados continuados e paliativos pediátricos e de adultos, através da integração em protocolos de apoio domiciliário e cuidados ambulatoriais, da articulação clínica na gestão destes doentes com os centros de saúde e Unidades de Saúde Familiar. No mesmo sentido, o CDS-PP defende a avaliação da criação das especialidades de Medicina de Urgência e de Medicina Paliativa.

Ainda em resposta à necessidade de salvar o Estado Social da degradação em que foi colocado pelos últimos governos, o CDS-PP defende a Educação como motor fundamental do desenvolvimento social e económico do país, promovendo um sistema educativo de qualidade focado no rigor e na exigência, em vez da doutrinação ideológica das crianças e jovens.

Nesse sentido, o CDS-PP defende uma maior articulação entre as escolas públicas e privadas, descentralizando a sua gestão para cada unidade de ensino escolar, aprofundando a cooperação entre o Estado e a sociedade na disponibilização e na gestão do sistema de ensino, alargando as possibilidades de escolha das famílias, encontrando respostas para a mobilidade interminável dos professores e revendo a carreira docente, tornando-a atrativa e retentora dos seus profissionais e procedendo à contagem integral do tempo de serviço no espaço de uma legislatura.

As propostas incluem ainda uma maior flexibilidade curricular, prossequindo as mudanças introduzida em 2014 por um Governo de que o CDS-PP fez parte, o reforço dos níveis de exigência e da importância das provas de avaliação no percurso dos alunos, a promoção de uma rede de escolas de ensino artístico especializado de música, dança e teatro, a melhoria da oferta de ensino profissional e do seu modelo de financiamento, o alargamento da oferta de creche e de pré-escolar pelo aumento da capacidade existente no Estado e pela contratualização com os sectores social, particular e cooperativo, e o investimento em recursos digitais que simplifiquem os procedimentos burocráticos.

Por outro lado, a crise na habitação reclama a apresentação de soluções para problemas que se agravaram ao longo de vários anos pela incapacidade demonstrada pelos anteriores governos socialistas em promover a construção e reabilitação de casas.

Lisboa é um bom exemplo deste falhanço, pois durante a década em que a cidade foi gerida pelo Partido Socialista apenas construiu 17 casas por ano, enquanto a população na área metropolitana cresceu 200 mil pessoas desde 2001.

A juntar à limitação da construção de casas, foi atacado o direito de propriedade, aumentaram as ineficiências no licenciamento, autorizações e certificados, houve um significativo agravamento fiscal, foi limitado o funcionamento do mercado de arrendamento e o sistema judicial manteve-se lento e ineficiente na resolução de diferendos relacionados com a habitação.

Tudo isto e, mais recentemente, a subida dos custos de construção, levaram a uma subida acentuada dos preços da habitação desde 2015, superior à verificada em outros países europeus e incomportável para a grande maioria das famílias portuguesas.

Para resolver estes problemas, o CDS-PP propõe estimular a oferta para atenuar a subida dos preços e possibilitar o acesso à habitação a quem a quer e não consegue ter uma casa, especialmente para os jovens em início de vida e que querem constituir família.

Para isso, defendemos um choque de oferta de casas no mercado e a promoção de construção de habitação pelo sector privado, incluindo o subsector cooperativo, apoiando também a construção e o arrendamento de habitação de interesse social a preços acessíveis. O CDS-PP defende ainda o aproveitamento do património imobiliário do Estado, especialmente o que está ao abandono, recorrendo a Parcerias Público-Privadas na construção e na sua gestão, e facilitando a reabilitação de imóveis como forma de apoiar o acesso à habitação e dinamizar o mercado de arrendamento.

Do mesmo modo, o CDS-PP defende também a revogação das medidas prejudiciais do programa socialista "Mais Habitação" que atentam contra o direito à propriedade e ferem os princípios constitucionais da igualdade, como o arrendamento forçado, o congelamento de rendas, que deverá ser substituído pelo apoio aos arrendatários mais carenciados, e as medidas penalizadoras do alojamento local como a Contribuição Extraordinária sobre sector e os seus empresários, a caducidade das licenças e outras limitações legais impostas pelo Governo socialista.

O CDS-PP propõe ainda a isenção de IMT e do imposto de selo na compra da primeira casa pelos jovens, bem como uma garantia pública para viabilizar o financiamento bancário da totalidade do respetivo preço de aquisição, de forma a apoiar os jovens nesta altura decisiva da sua vida.

A matriz humanista do CDS-PP vê o sector social e a economia social de mercado como parceiros naturais e essenciais para que os portugueses de todas as idades possam viver com dignidade. Como partido democrata-cristão apoiamos a redução da taxa de pobreza em Portugal e o reforço do valor de referência do

Complemento Solidário para Idosos para um valor de 820 euros em 2028, de forma que os idosos tenham uma vida mais digna, em especial os de mais baixos rendimentos.

O CDS-PP defende ainda o reforço da transparência e da informação na distribuição dos apoios sociais e a criação de uma conta-corrente do Contribuinte-Beneficiário, enquanto instrumento que permitirá aos cidadãos ter informação fidedigna sobre o historial das suas contribuições para esquemas públicos de Segurança Social. É ainda fundamental fortalecer a rede de apoio aos cuidadores informais, valorizar a concertação e o diálogo social e dignificar o sector social, incluindo as IPSS e as Misericórdias. Nesse sentido, é desejável haver um compromisso plurianual entre o Governo e o sector social com verbas fixadas de modo transparente e previsível, dando segurança às Instituições, e duplicar a consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais de 0,5% para 1%, de forma a aumentar a liberdade de escolha dos portugueses e a reforçar o financiamento do sector social.

D. REFORMAR A JUSTIÇA E COMBATER A CORRUPÇÃO

Outra área fundamental que necessita de novas soluções é a da Justiça e do combate à corrupção, áreas em que existe uma crise profunda ao nível da imagem e da confiança em que nelas depositam os portugueses.

A Justiça portuguesa está desde há anos num estado crítico: tribunais inundados de processos, atulhados em papéis e enredados numa trama de burocracias sem sentido; atrasos imensos em processos de grande importância para a sociedade, em especial no que diz respeito à justiça económica; julgamentos que demoram a ser iniciados e concluídos, e prisões que não cumprem a sua missão de punir, prevenir e recuperar.

O CDS-PP propõe uma reforma da justiça que promova a sua independência, eficiência e celeridade, orientada para a proteção dos direitos dos cidadãos, a eficiência da economia e o reforço do Estado de Direito no combate contra a corrupção.

Não há sociedade democrática saudável sem um sistema de justiça que garanta eficazmente e em tempo útil os direitos dos particulares, a segurança das transações, o Estado de Direito e a certeza jurídica na interpretação e aplicação das leis.

A reforma da Justiça deve partir de um debate aberto com todos os agentes e participação da sociedade, tendo em vista um consenso tão alargado quanto possível, e visar a modernização e o reforço da independência do sistema de Justiça.

Para isso é necessário garantir a recuperação dos atrasos nos processos, incluindo os processos administrativo-fiscais, a começar pelos mais antigos, importantes e complexos, apostar na formação e na especialização de juristas no exercício das diferentes profissões jurídicas, incluindo assessores e técnicos especializados, desburocratizar os tribunais e investir na digitalização dos processos e dos procedimentos, estimular o recurso a mecanismos alternativos de resolução dos litígios através da arbitragem, criar um mecanismo permanente de avaliação das pendências e de celeridade processual. O CDS-PP defende também, na área da justiça, a alteração da legislação para evitar a formação de megaprocessos, bem com a revisão de normas processuais para evitar a apresentação de expedientes dilatatórios simplesmente para atrasar a marcha dos processos.

A par com a reforma da justiça, o CDS-PP propõe o reforço da transparência e do combate à corrupção para reduzir significativamente os elevados danos para a economia de mercado, para a coesão social, e para a credibilidade internacional do país. A corrupção mina a confiança das pessoas nas instituições e degrada os valores da transparência, da responsabilidade e da participação pública.

Para isso defende a criminalização do enriquecimento ilícito, em respeito pelos preceitos constitucionais, e o reforço dos recursos humanos e materiais para o combate, investigação e ação penal contra a corrupção. O CDS-PP defende ainda o fortalecimento das medidas de prevenção da corrupção, através reforço da transparência da governação pública pela redução dos conflitos de interesse e pelo controlo de incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos.

E. INVESTIR NA AGRICULTURA, REFORÇAR A COESÃO TERRITORIAL

A Agricultura teve grande relevância política durante o último governo PSD/CDS e perdeu-se completamente nos executivos socialistas, a prejuízo de um sector produtivo fundamental para o país, para a economia e para a sociedade, essencial para a soberania alimentar e, conseqüentemente, para a soberania nacional. O CDS-PP defende o investimento na competitividade da agricultura, na valorização do mundo rural e na coesão territorial.

O CDS-PP defende um Ministério da Agricultura forte, e com mais competências, dotado de uma estrutura orgânica capaz de se bater pelos interesses da atividade agrícola, com a reintegração das florestas e do desenvolvimento rural no mesmo Ministério. Por outro lado, defendemos um Ministério da Agricultura que regularize as dívidas com os agricultores e regresse a uma política de pagamentos atempados e certos como aconteceu no Ministério da Agricultura entre 2011 e 2015.

Uma estrutura que se integre numa estratégia que, enquadrada na Política Agrícola Comum, se ajuste às realidades nacionais e seja motor de desenvolvimento e coesão territorial e de valorização agroambiental.

Uma estratégia eficaz, desburocratizada, ágil e que permita investimento, que tenha como objetivos a modernização e o rejuvenescimento da população agrícola, a obtenção de uma balança comercial no setor agroalimentar positiva mais, a qualidade e segurança da nossa produção, a floresta como elemento de biodiversidade e criação de valor, a defesa da qualidade de vida no mundo rural.

Para isso é necessário implementar um conjunto de medidas que promovam o desenvolvimento do setor a nível nacional e reforcem e dinamizem a Agricultura nacional através da reprogramação do PEPAC e da aceleração da sua operacionalização e execução, com maior previsibilidade nas medidas de investimento e maior rapidez nos pagamentos dos apoios.

A gestão sustentável da água como recurso de interesse nacional deve ser uma prioridade também no âmbito da mitigação às alterações climáticas e do combate à seca, requerendo a elaboração de um plano hidrológico para Portugal, com um estudo de base científica que avalie a possibilidade de condução de água dos territórios com maiores disponibilidades, a criação de estruturas de armazenamento, regulação de caudais e interligações entre bacias hidrográficas,

para fins agrícolas, de abastecimento às populações e de defesa contra incêndios.

O reforço do investimento na Agricultura requer também uma estratégia concertada com uma política de apoio e desenvolvimento das zonas rurais, para evitar e combater o êxodo rural, mantendo a verdadeira identidade do país, apoiando as tradições e cultura portuguesas, reconhecendo ainda, que as comunidades rurais têm a mesma necessidade de acesso a serviços e infraestruturas das zonas urbanas, como saúde, rede de transportes e internet de banda larga. Por outro lado, o reforço da coesão social e territorial é essencial uma vez que Portugal se continua a apresentar como um território a duas velocidades: um litoral com forte concentração da população e da actividade económica, com cerca de um quarto do território, três quartos da população e onde se concentram cerca de quatro quintos do rendimento nacional. O que sobra é um interior desigual, envelhecido e empobrecido, cada vez menos apetecível à fixação de pessoas, com preocupantes índices de despovoamento, com pouca actividade económica, sustentada pelo sector terciário. Acresce que, mesmo este foi reduzido nos últimos anos com o fecho de serviços do Estado e de diferentes agências.

A aceleração do crescimento económico irá permitir o reforço da acção do poder local e regional, e acompanhar a transferência de responsabilidades e de recursos em áreas onde as decisões são tomadas com melhor conhecimento, reforçando a coesão territorial em Portugal.

O CDS-PP defende o reforço das autarquias nas diversas formas de cooperação e associação entre municípios e freguesias para resolver problemas comuns, bem como a transferência e a delegação de mais competências para o poder local, sempre acompanhadas de recursos.

F. REFORÇO DA AUTORIDADE DO ESTADO, DIGNIFICAR AS FORÇAS DE SEGURANÇA

Ao nível das forças de segurança, o CDS-PP considera que uma sociedade desenvolvida, justa e equilibrada exige que a segurança de pessoas e bens seja uma prioridade. O paradigma do CDS-PP em matéria de segurança sempre se baseou no pressuposto de um Estado forte com uma política de segurança firme e que não hesite em responsabilizar quem comete crimes, proteger quem os combate e cuidar de quem deles é vítima.

Por isso, a visão do CDS-PP foi sempre defender a autoridade do Estado rejeitando os que em cada crime procuram desvalorizar a vítima, menosprezar o trabalho das forças e serviços de segurança e desresponsabilizar os criminosos. Para isso, o CDS-PP considera essencial reduzir a taxa de criminalidade, em particular a criminalidade violenta e grave e aumentar os níveis de perceção de segurança.

O CDS-PP defende ainda o início, com carácter prioritário, de um processo de valorização profissional e remuneratório dos homens e mulheres que servem nas forças e serviços de segurança, que sofreram tanto descrédito, desresponsabilização e desmotivação ao longo dos últimos anos de governação socialista.

Em matéria de autoridade, o CDS-PP defende ainda o reforço da coordenação e execução de uma política de combate ao crime que assegure um maior policiamento de proximidade, dissuasor e protetor, e o reforço do papel de supervisão da política penal, processual penal, de execução e cumprimento de penas e do sistema prisional.

F. DEFESA NACIONAL, UM PILAR FUNDAMENTAL DA SOBERANIA DO ESTADO

Na defesa, Portugal é um dos países-membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Entendemos que ao longo da sua história, a NATO mostrou ser a mais eficaz organização de defesa mútua em resposta a qualquer ataque de entidades externas, que a mudança geo-estratégica à escala global, nomeadamente o colapso do bloco soviético e a derrocada do comunismo como projecto internacionalista não invalidou.

Pelo contrário, muitos dos perigos passados persistem, somados a novas realidades, que provocam receios justificados, casos do aparecimento de organizações terroristas de dimensão supra-nacional, do armamento reforçado nuclear de países hostis às democracias de tipo ocidental, com aspirações ao reconhecimento de potências nucleares como a Coreia do Norte, a agressão da Rússia à Ucrânia, numa guerra de conquista que viola o direito internacional, destruindo infraestruturas, aldeias, vilas e cidades e assassinando civis, bem

como instabilidade no médio oriente, com epicentro na guerra que opõe Israel ao Hamas e a ausência de uma perspectiva de paz na região.

A ascensão da China à condição de potência global é uma evidência que recomenda um diálogo regular e institucional entre as grandes potências e uma atenção especial às percepções de insegurança que se têm desenvolvido nos países democráticos da Ásia e do Pacífico.

Pela sua capacidade militar dissuasória, a NATO tem sido um factor de paz no Continente Europeu e à escala global.

Entendemos que a participação de Portugal na NATO não deve ser substituída por um exército europeu, sem provas dadas e com evidentes possibilidades de problemas de comando. Não obsta este facto à vantagem de um Fundo Europeu de Defesa, pensado no âmbito e em colaboração com a NATO, reforçando a nossa eficácia e modernizando a indústria Europeia de armamento.

Temos a este propósito presente os termos do comunicado da Comissão Europeia sobre o tema: *"Complementarmente à nossa cooperação com a NATO, precisamos de fazer mais e melhor. Hoje mostramos que estamos a passar da teoria à prática. O Fundo servirá de catalisador para uma indústria europeia da defesa forte, capaz de desenvolver tecnologias e equipamentos de ponta e plenamente interoperáveis. Os Estados-Membros continuarão a assumir o comando, a obter uma elevada rentabilidade e, em última análise, verão a sua influência aumentar"*.

A descrita complexidade do contexto geopolítico global confere à Defesa Nacional e às Missões que são cometidas às Forças Armadas no plano nacional e internacional, no âmbito dos compromissos da NATO, uma importância estratégica fundamental e crescente.

Ressalvadas as circunstâncias orçamentais, o CDS-PP defende que sejam adoptadas medidas expeditas capazes de darem resposta a um conjunto de prioridades identificadas, relacionadas com a importância do investimento na defesa para a segurança dos portugueses, com a dignificação das Forças Armadas e a valorização dos antigos combatentes, a actualização dos incentivos ao recrutamento, de modo a inverter o défice de recursos humanos operacionais das Forças Armadas, a indústria militar e a modernização e a adequação dos equipamentos e instalações, caminhando-se também, faseada e progressivamente para a melhoria do compromisso internacional português com a NATO.

V. OS PRÓXIMOS CICLOS ELEITORAIS

A. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REGIONAIS NA MADEIRA

O CDS-PP Madeira goza de autonomia nos termos estatutários, competindo-lhe definir e executar a estratégia eleitoral a considerar na Região, de acordo com as particularidades específicas, tendo em conta também como condição necessária a Doutrina e os princípios orientadores fundamentais do CDS-PP.

Na Madeira, o CDS-PP vem sendo decisivo e preponderante em diferentes ciclos políticos, durante longos anos no exercício da oposição, e recentemente no exercício do poder, integrando na sequência das eleições de 2019, em coligação pós-eleitoral, o governo regional, onde se manteve depois das eleições realizadas em 2023, desta feita em coligação pré-eleitoral.

Em 23 de março, o Presidente da República decidiu dissolver a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, depois de ouvido o Conselho de Estado, convocando novas eleições para o parlamento regional para o dia 26 de maio.

Sendo certo que as eleições acontecerão em circunstâncias excepcionais, ao tempo da apresentação da presente moção de estratégia global, não é conhecida a decisão do CDS-PP Madeira a propósito, estando o congresso que elegerá os novos órgãos dirigentes do partido a nível regional agendado para os dias 13 e 14 de Abril.

O CDS-PP será solidário com a estratégia e estará empenhado no esforço necessário ao melhor resultado a alcançar nas próximas eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

B. AS ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU

O CDS-PP não é um partido marginal, nem talhado apenas para alguns combates. Desde a fundação, o partido disputa e elege candidatos nos planos autárquico, regional, nacional e europeu, em listas próprias e em coligação.

O CDS-PP elegeu sempre deputados ao Parlamento Europeu, em todas as disputas, sem exceção, o que aconteceu em listas próprias e em coligações acordadas com o PSD.

A título exemplificativo, a propósito de candidaturas em listas próprias, nas eleições europeias em 2009, com o primeiro subscritor desta moção a cabeça de lista, o CDS-PP, concorrendo isoladamente, obteve 8,37 % dos votos, conquistando 2 mandatos, os mesmos antes conseguidos em coligação com o PSD. Recordemos que Portugal elegia então menos 2 eurodeputados do que nas eleições precedentes para o Parlamento Europeu e vários foram os comentadores políticos que asseguravam que os 2 deputados que o CDS-PP detinha, se deviam exclusivamente à coligação celebrada em 2004 com o PSD. Por seu lado, ao tempo, repetidas sondagens avançavam que o CDS-PP não elegeria novos eurodeputados, antecipando o que seria uma derrota eleitoral significativa. O CDS-PP, contudo, disputou o resultado nas urnas, em listas e com candidatos próprios, argumentando com a sua visão do que deveria ser o papel de Portugal na Europa e o futuro do processo de construção da União e alcançou uma importante vitória, elegendo 2 eurodeputados.

Nas eleições legislativas de 2011, o CDS-PP obteve 11,7 % dos votos e conquistou 24 deputados, reforçando significativamente a bancada parlamentar.

Nas eleições autárquicas de 2013, o CDS-PP quintuplicou em número as suas presidências de câmara, conquistadas com abrangência nacional, no continente, nos Açores e na Madeira, ao mesmo tempo que cresceu em número de vereadores, deputados municipais, presidentes de junta e membros das assembleias de freguesia. Esta representação foi reforçada em 2017, com a conquista de novas presidências e em particular, com o melhor resultado numa candidatura isolada em Lisboa desde a fundação do partido.

Decorre do exposto, que em diferentes momentos e diferentes disputas, concorrendo sozinho, o CDS-PP foi capaz de crescer em percentagem, ou votos e em mandatos. E nessa medida, o CDS-PP foi capaz de afirmar o sucesso da sua

opção estratégica natural, concorrendo por si e crescendo, mostrando o que pode fazer por si e pelo País.

Não obstante, em muitos outros momentos, o CDS-PP também foi decisivo em cenários de coligações pré e pós eleitorais, sempre celebradas por razões de interesse nacional, que permitiram importantes vitórias.

De novo a título exemplificativo, o CDS-PP integrou 8 Governos nacionais em coligação com o PSD, desde a Aliança Democrática da década de 80, passando pelas coligações governamentais de centro-direita de 2002-2005 e 2011-2015, incluindo a que no passado dia 10 de março permitiu a derrota do PS e das esquerdas, dando lugar ao XXIV governo constitucional em funções.

No que tem que ver com eleições europeias, PSD e CDS-PP concorreram coligados às eleições disputadas em 2014, em coerência com a excepcionalidade das circunstâncias: Portugal encontrava-se intervencionado e vinculado na execução de um difícil programa de assistência financeira, imposto pelos credores da Troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu). O CDS-PP encontrava-se no governo, coligado com o PSD. E as eleições europeias aconteceriam uma semana depois do fim daquele programa de austeridade. Pragmaticamente, o PSD e o CDS-PP seriam avaliados nas eleições europeias, não apenas em razão do programa que apresentassem para discussão, mas também pelo que sucedesse a partir de 17 de Maio de 2014, no caso, felizmente, o fim do mencionado ciclo de assistência externa.

Evidentemente, uma semana depois do fim do ciclo da Troika, não fazia qualquer sentido que os dois partidos que governavam juntos, fossem avaliados separadamente, pelo que necessariamente seria interpretado como um esforço conjunto. Como não seria prudente que num momento tão sensível e determinante para Portugal, em que a estabilidade governativa se impunha, os dois partidos se envolvessem em campanhas separadas, esgrimindo argumentos em campos opostos, potenciando situações de conflito ou de divisão. E por isso, para as eleições europeias realizadas em 2014, CDS-PP e PSD decidiram candidatar-se conjuntamente, na Coligação Aliança Portugal.

Em 2024, são novamente circunstâncias lógicas e específicas, que justificam uma candidatura conjunta do PSD e do CDS-PP às eleições europeias que se vão realizar a 9 de junho.

O longo ciclo de governações do PS, iniciado em 2015, com resultados desastrosos marcados por valores recorde de impostos, a asfixia da classe média, o colapso do SNS, a instabilidade na Escola pública, a saída de um terço dos jovens para o estrangeiro, o fracasso das políticas de Habitação e Transportes, e a queda

no ranking dos países mais pobres da UE, determinou a reedição da Aliança Democrática, que venceu as últimas eleições legislativas.

Por seu lado, a vontade de construção de um verdadeiro projecto nacional alternativo e a proximidade de vários actos eleitorais, levou a que o acordo de coligação pré-eleitoral alcançado, vigorasse para essas eleições, bem como para as eleições europeias, projectando-se até às eleições autárquicas, neste caso, obviamente, com respeito pelas deliberações próprias das locais.

O CDS deverá então concorrer em coligação com o PSD às eleições para o Parlamento Europeu que se realizarão em 9 de Junho de 2024, com a adequada representação e mobilização.

C. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Como referido supra, o acordo de coligação da Aliança Democrática abrange as eleições legislativas e europeias, estendendo-se até às eleições autárquicas.

Todavia, esta disposição de princípio depende daquilo que são as legítimas competências das estruturas locais, às quais cabe em primeira linha decidir a melhor estratégia em cada caso concreto, desde que não violando as orientações nacionais do partido.

O CDS-PP tem como objectivo manter a liderança nas 6 autarquias que actualmente governa no continente, Açores e Madeira, ou aumentar este número, sendo certo que por efeito da limitação de mandatos imposta por lei, em 3 daquelas, serão apresentados novos cabeças de lista, com perfil adequado e vencedor.

Do mesmo modo, o CDS-PP apresentará candidaturas em coligação nos termos do acordo firmado na Aliança Democrática.

Lisboa, 31 de março de 2024.

O primeiro subscritor:



(João Nuno Lacerda Teixeira de Melo)

31^o
CONGRESSO